

All correspondence referring to announcements and subscription of Government Gazette must be addressed to its administration office. Literary publications will be advertised free of charge provided two copies are offered.

Toda a correspondência relativa a anúncios e à assinatura do *Boletim Oficial* deve ser dirigida à Administração da Imprensa Nacional. As publicações literárias de que se receberem dois exemplares anunciam-se gratuitamente.



SUBSCRIPTION RATES — ASSINATURA

	YEARLY (Annual)	HALF-YEARLY (Semi-annual)	QUARTERLY (Trimestral)
All 3 series (As 3 series)	Rs. 40/-	Rs. 24/-	Rs. 18/-
I Series	Rs. 20/-	Rs. 12/-	Rs. 9/-
II Series	Rs. 16/-	Rs. 10/-	Rs. 8/-
III Series	Rs. 20/-	Rs. 12/-	Rs. 9/-

Postage is to be added when delivered by mail —
Acréscer o porte quando remetido pelo correio

GOVERNMENT GAZETTE

BOLETIM OFICIAL

GOVERNMENT OF GOA, DAMAN
AND DIU

Secretariat

ORDER

Whereas it is expedient that provision should be made for improving the legal condition of Societies established for the promotion of literature, science, or the fine arts or for the diffusion of useful knowledge, the diffusion of political education, or for charitable purposes. In exercise of the powers conferred upon me by clause 2, of the Goa, Daman and Diu (Administration) Removal of Difficulties Order, 1962 and not withstanding anything to the contrary contained in any law, for the time being in force within this Territory I make the following order:

SECTION I

1. This order shall be called the Registration of Societies Order.

Any seven or more persons associated for any literary, scientific, or charitable purpose, or for any such purpose as is described in section 20 of this order may, by subscribing their names to a memorandum of association, and filing the same with the «Conservador dos Registos» (hereinafter called the Registrar) form themselves into a Society under this order.

2. The memorandum of association shall contain the following things (that is to say):

the name of the society,
the objects of the society,
the names, addresses, and occupations of the governors, council, directors, committee, or other governing body to whom, by the rules of the society, the management of its affairs is entrusted.

A copy of the rules and regulations of the society, certified to be a correct copy by not less than three of the members of the governing body, shall be filed with the memorandum of association.

(Tradução)

GOVERNO DE GOA, DAMÃO
E DIO

Secretaria

Portaria

Atendendo a que se torna necessário adoptar medidas para a melhoria do estatuto legal das associações estabelecidas para a difusão de letras, ciências ou belas-arts ou para a difusão de conhecimentos úteis, educação política ou para fins caritativos; no uso das faculdades que me são conferidas pelo n.º 2 de «The Goa, Daman and Diu (Administration) Removal of Difficulties Order, 1962», e sem embargo do disposto em qualquer lei presentemente em vigor neste território, determino o seguinte:

SECÇÃO I

1. Esta portaria denominar-se-á portaria do registo de sociedades.

Sete ou mais pessoas associadas para quaisquer fins literários, científicos ou caritativos ou para quaisquer outros, descritos no n.º 20 desta portaria podem, assinando uma petição para associação e registando-a perante o Conservador dos Registos (daqui em diante designado por Registador), constituir-se numa sociedade ao abrigo desta portaria.

2. A petição para associação deverá conter os seguintes elementos:

A designação da sociedade.

Os objectivos da sociedade.

Os nomes, endereços e profissões dos administradores, membros do conselho, directores, comissão ou dos membros da direcção, encarregados, nos termos dos estatutos da sociedade, da gerência das suas actividades.

Um exemplar dos estatutos e normas da sociedade, certificado por não menos de três dos membros da sua direcção como sendo autêntico será arquivado juntamente com a petição para associação.

3. Upon such memorandum and certified copy being filed, the Registrar shall certify under his hand that the society is registered under this order. There shall be paid to the Registrar for every such registration a fee of fifty rupees, or such smaller fee as the Government of the Union Territory of Goa, Daman and Diu may from time to time direct; and all fees so paid shall be accounted for to the Government of the Union Territory of Goa, Daman and Diu.

4. Once in every year, on or before the fourteenth day succeeding the day on which, according to the rules of the society, the annual general meeting of the society is held, or if the rules do not provide for an annual general meeting, in the month of January, a list shall be filed with the names, addresses and occupations of the governors, council, directors, committee, or other governing body then entrusted with the management of the affairs of the society.

5. The property, movable and immovable belonging to a society registered under this order, if not vested in trustees, shall be deemed to be vested for the time being in the governing body of such society, and in all proceedings, civil and criminal, may be described as the property of the governing body of such society by their proper title.

6. Every society registered under this order may sue or be sued in the name of the president, chairman, or principal secretary, or trustees, as shall be determined by the rules and regulations of the society, and, in default of such determination in the name of such person as shall be appointed by the governing body for the occasion:

Provided that it shall be competent for any person having a claim or demand against the society to sue the president or chairman, or principal secretary or the trustees thereof, if on application to the governing body some other officer or person be not nominated to be the defendant.

7. No suit or proceeding in any civil court shall abate or discontinue by reason of the person, by or against whom such suit or proceedings shall have been brought or continued, dying or ceasing to fill the character in the name whereof he shall have sued or been sued, but the same suit or proceeding shall be continued in the name of or against the successor of such person.

8. If a judgment shall be recovered against the person or officer named on behalf of the society, such judgment shall not be put in force against the property, movable or immovable, or against the body of such person or officer, but against the property of the society. The application for execution shall set forth judgment, the fact of the party against whom it shall have been recovered having sued or having been sued, as the case may be, on behalf of the society only, and shall require to have the judgment enforced against the property of the society.

9. Whenever by any bye-law duly made in accordance with the rules and regulations of the society, or, if the rules do not provide for the making of bye-laws, by any bye-law made at a general meeting of the members of the society convened for the purpose (for the making of which the concurrent votes of three-fifths of the members present at such meeting shall be necessary), any pecuniary penalty is

3. Recebida a petição com o exemplar certificado o Registador certificará, de punho próprio, que a sociedade está registada nos termos desta portaria. Por cada registo nestas condições será paga a taxa de cinquenta rupias ou outra taxa reduzida segundo o Governo do território da União, de Goa, Damão e Diu, de tempos em tempos, determinar; todas essas taxas reverter-se-ão a favor do Governo do território da União, de Goa, Damão e Diu.

4. Anualmente, até ao décimo quarto dia que se seguir a data em que, nos termos dos estatutos da sociedade deve reunir-se a assembleia geral ou se os estatutos não preverem reunião anual da assembleia geral, no mês de Janeiro será submetida uma lista com os nomes, endereços e profissões dos administradores, membros do conselho, directores, comissão ou dos membros da direcção, ao tempo encarregados da gerência das actividades da sociedade.

5. A propriedade mobiliária e imobiliária pertencente a sociedade registada ao abrigo desta portaria, se não estiver a cargo de gestores, considerar-se-á, temporariamente, a cargo da direcção da Sociedade e, em todos os actos judiciais, civis ou criminais pode ser descrita como propriedade da direcção da sociedade pelo seu título próprio.

6. Toda a sociedade registada ao abrigo desta portaria pode demandar ou ser demandada em nome do presidente ou secretário principal ou gestores, conforme estiver determinado pelos estatutos e normas da sociedade, e, na falta de tal determinação, em nome da pessoa que for designada para o caso pela respectiva direcção.

Admitir-se-á porém como legal que o presidente ou secretário principal ou gestores sejam demandados por qualquer pessoa que tenha motivos de queixa contra a Sociedade se, mediante pedido dirigido a direcção, qualquer outro oficial ou pessoa não seja designada para ser demandada.

7. Nenhuma queixa ou causa, em qualquer tribunal cível, será anulada ou sustada pelo facto de a pessoa pela qual ou contra quem tal queixa ou causa tiver sido instaurada ou prosseguida, ter falecido ou perdido a qualidade em virtude da qual demandara ou fora demandada, mas a mesma queixa ou causa seguirá os seus trâmites em nome de ou contra o seu sucessor.

8. Se tiver sido proferida uma sentença contra a pessoa ou oficial designado para representar a sociedade, a mesma não será executória em relação as propriedades mobiliária ou imobiliária ou quanto a pessoa ou oficial mas, contra a propriedade da sociedade.

O pedido para execução da sentença mencionará os termos da sentença, o facto de a parte contra quem a mesma deveria ter sido proferida tendo demandado ou sido demandada, conforme o caso, unicamente por parte da sociedade e será necessário que a sentença seja tornada executória contra a propriedade da sociedade.

9. Quando por qualquer regulamento, aprovado de harmonia com os estatutos ou normas da sociedade ou no caso de os estatutos não preverem a aprovação do regulamento, por qualquer regulamento aprovado na reunião da assembleia geral da sociedade convocada para o efeito (para a aprovação do qual são necessários 3/5 de votos dos sócios presentes na reunião), seja imposta qualquer multa pecuniária

imposed for the breach of any rule or bye-law of the society, such penalty, when accrued, may be recovered in any Court having jurisdiction where the defendant shall reside, or the society shall be situate, as the governing body thereof shall deem expedient.

10. Any member who may be in arrear of a subscription which according to the rules of the society he is bound to pay, or who shall possess himself of or detain any property of the society in a manner or for a time contrary to such rules, or shall injure or destroy any property of the society, may be sued for such arrear or for the damage accruing from such detention, injury or destruction of property in the manner hereinbefore provided. But if the defendant shall be successful in any suit or other proceeding brought against him at the instance of the society, and shall be adjudged to recover his costs, he may elect to proceed to recover the same from the officer in whose name the suit shall be brought, or from the society, and in the latter case shall have process against the property of the said society in the manner above described.

11. Any member of the society who shall steal, purloin, or embezzle any money or other property, or wilfully and maliciously destroy or injure any property of such society, or shall forge any deed, bond, security for money, receipt, or other instrument, whereby the funds of the society may be exposed to loss, shall be subject to the same prosecution, and if convicted, shall be liable to be punished in like manner, as any person not a member would be subject and liable to in respect of the like offence.

12. Whenever it shall appear to the governing body of any society registered under this order which has been established for any particular purpose or purposes, that it is advisable to alter, extend, or abridge such purpose to or for other purposes within the meaning of this order, or to amalgamate such society, either wholly or partially with any other society such governing body may submit the proposition to the members of the society in written or printed report, and may convene a special meeting for the consideration thereof according to the regulations of the society; but no such proposition shall be carried into effect, unless such report shall have been delivered or sent by post to every member of the society ten days previous to the special meeting convened by the governing body for the consideration thereof, nor unless such proposition shall have been agreed to by the votes of three-fifths of the members delivered in person or by proxy, and confirmed by the votes of three-fifths of the members present at a second special meeting convened by the governing body at an interval of one month after the former meeting.

13. Any number not less than three-fifths of the members of any society may determine that it shall be dissolved, and thereupon it shall be dissolved forthwith, or at the time then agreed upon, and all necessary steps shall be taken for the disposal and settlement of the property of the society, its claims and liabilities, according to the rules of the said society applicable thereto, if any, and if not, then as the governing body shall find expedient, provided that, in the event of any dispute arising among the said governing body or the members of the society, the adjustment of its affairs shall be referred to the principal court of original civil jurisdiction of the district in which the chief building of the society is

pela infracção de alguma das disposições dos estatutos ou do regulamento da sociedade, e a mesma não seja satisfeita, poderá ser cobrada em qualquer tribunal com jurisdição sobre a área da residência do réu ou em que fique situada a sede da sociedade conforme a respectiva direcção achar conveniente.

10. Qualquer sócio que tenha em atraso o pagamento da quota a que nos termos dos estatutos da sociedade estiver sujeito ou que esteja na posse ou retenha qualquer propriedade da sociedade de forma que ou por período de tempo que não esteja de acordo com os referidos estatutos, ou que danifique ou destrua qualquer propriedade da sociedade pode ser demandado pelo mesmo atraso ou pelo prejuízo resultante da retenção, dano ou destruição da propriedade por forma já anteriormente estabelecida. Mas se o réu for bem sucedido em qualquer queixa ou vencer qualquer causa contra ele instaurada a pedido da sociedade, dando-se-lhe o direito de recuperar as suas custas ele poderá optar por cobrar as mesmas custas do oficial em cujo nome a queixa ou causa tiver sido instaurada, ou da sociedade, e neste último caso terá de proceder contra a propriedade da mesma sociedade por forma acima indicada.

11. Qualquer sócio da sociedade que furtar, apossar-se ou apropriar-se de dinheiros ou outra propriedade, ou deliberadamente e de má fé destruir ou danificar qualquer propriedade da sociedade ou forjar qualquer escritura, papéis de crédito, título de garantia, recibos ou outros documentos, por forma a que os haveres da sociedade corram o risco de perda, ficará sujeito ao mesmo procedimento legal, e, no caso de ser condenado, será castigado da mesma forma como o seria qualquer indivíduo que não sendo sócio cometesse delito dessa natureza.

12. Quando à direcção de qualquer sociedade, registada nos termos desta portaria, que tenha sido estabelecida com determinado objectivo ou objectivos, se afigurar que é aconselhável alterar, ampliar ou restringir os mesmos objectivos, adoptando outros dentro do âmbito desta portaria, ou fundir a sociedade, no todo ou em parte, numa outra sociedade, a respectiva direcção poderá submeter a proposta aos sócios da sociedade por um relatório escrito ou impresso e poderá convocar uma reunião extraordinária para a apreciação do mesmo, de acordo com os estatutos da sociedade; nenhuma dessas propostas será posta em execução a não ser que tal relatório tenha sido entregue ou remetido pelo correio a cada um dos sócios da sociedade, com a antecipação de dez dias em relação à reunião extraordinária convocada pela direcção para a apreciação do mesmo, ou quando uma tal proposta não tenha sido aprovada por votos de 3/5 dos sócios, dados pessoalmente, ou mediante declaração de voto e confirmada por votos de 3/5 dos sócios presentes numa segunda reunião extraordinária, convocada pela direcção, com intervalo de um mês após a primeira reunião.

13. Pelo menos 3/5 dos sócios duma sociedade poderão resolver que a mesma seja dissolvida e neste caso ela sê-lo-á imediatamente ou na altura que vier a ser designada; e serão tomadas medidas necessárias para a venda e disposição da propriedade da sociedade, dos seus direitos e responsabilidades de conformidade com os estatutos, da mesma sociedade, aplicáveis, caso existam; de contrário, conforme a direcção providenciar de maneira que tiver por conveniente. Porém, no caso de alguma disputa surgir entre a dita direcção ou os sócios da sociedade a resolução dos respectivos assuntos será confiada ao

situate; and the court shall make such order in the matter as it shall deem requisite:

Provided that no society shall be dissolved unless three-fifths of the members shall have expressed a wish for such dissolution by their votes delivered in person, or by proxy, at a general meeting convened for the purpose:

Provided that whenever, any Government is a member of, or a contributor to, or otherwise interested in any society registered under this order, such society shall not be dissolved without the consent of the Government of the State of registration.

14. If upon the dissolution of any society registered under this order there shall remain, after the satisfaction of all its debts and liabilities, any property whatsoever, the same shall not be paid to nor distributed among the members of the said society or any of them, but shall be given to some other society, to be determined by the votes of not less than three-fifths of the members present personally or by proxy at the time of the dissolution, or in default thereof, by such court as aforesaid:

Provided, however, that this clause shall not apply to any society which shall have been founded or established by the contributions of shareholders in the nature of a Joint Stock Company.

15. For the purposes of this order a member of a society shall be a person who, having been admitted therein according to the rules and regulations thereof, shall have paid a subscription, or shall have signed the roll or list of members thereof, and shall not have resigned in accordance with such rules and regulations; but in all proceedings under this order no person shall be entitled to vote or be counted as a member whose subscription at the time shall have been in arrear for a period exceeding three months.

16. The governing body of the society shall be the governors, council directors, committee, trustees, or other body to whom by the rules and regulations of the society the management of its affairs is entrusted.

17. Any company or society established for a literary, scientific or charitable purpose and registered under Act XLIII of 1850, or any such society established and constituted previously to the passing of this order but not registered under the said Act XLIII of 1850, may at any time hereafter be registered as a society under this order; subject to the proviso that no such company or society shall be registered under this order unless an assent to its being so registered has been given by three-fifths of the members present personally, or by proxy, at some general meeting convened for that purpose by the governing body.

In the case of a company or society registered under Act XLIII of 1850, the director shall be deemed to be such governing body. In the case of a society not so registered, if no such body shall have been constituted on the establishment of the society, it shall be competent for the members thereof, upon due notice, to create for itself a governing body to act for the society thenceforth.

18. In order to any such society as is mentioned in the last preceding section obtaining registry under this order, it shall be sufficient that the governing body file with the Registrar of Joint Stock Companies, a memorandum showing the name of the so-

principal tribunal civil da 1.^a instância do distrito em que estiver situada a sede principal da sociedade. Neste caso, o tribunal decidirá como achar conveniente.

Nenhuma sociedade poderá ser dissolvida sem que 3/5 dos seus sócios tenham manifestado a sua vontade pela dissolução por votos entregues em pessoa ou por declaração de voto na assembleia geral convocada para esse fim.

Quando qualquer Governo seja membro, ou tenha contribuído, ou de qualquer outro modo esteja interessado numa sociedade registada ao abrigo desta portaria, tal sociedade não poderá ser dissolvida sem o consentimento do Governo do Estado em que ela estiver registada.

14. Se, após a dissolução de qualquer sociedade registada ao abrigo desta portaria, e satisfeitas todas as suas dívidas e responsabilidades restarem quaisquer bens, os mesmos não serão dispostos ou distribuídos entre os sócios da mesma sociedade, ou por algum deles, mas serão confiados a qualquer outra sociedade conforme for deliberado por votos dados por não menos de 3/5 dos seus sócios, presentes pessoalmente ou por declaração de voto, ao tempo da dissolução; ou, na falta da deliberação, da maneira como for determinado pelo tribunal acima mencionado.

Porém, esta cláusula não será aplicável a qualquer sociedade que tenha sido fundada ou estabelecida por cotas dos accionistas à maneira duma sociedade anónima por cotas.

15. Para os fins desta portaria será sócio da sociedade todo aquele que, ao abrigo dos seus estatutos e normas tenha sido admitido para a mesma e tenha pago a sua cota ou aquele que tenha assinado o livro ou a lista dos seus sócios e não tenha pedido a sua eliminação ao abrigo dos referidos estatutos e normas. Porém, todo aquele que tiver em atraso o pagamento da sua cota por período superior a três meses não poderá votar ou ser considerado como sócio em todos os actos que se praticarem ao abrigo desta portaria.

16. A direcção da sociedade será constituída de administradores, membros do conselho, directores, comissão ou gestores ou outro órgão a quem esteja confiada a gerência das suas actividades ao abrigo dos seus estatutos e normas.

17. Qualquer companhia ou sociedade estabelecida para fins literários, científicos ou caritativos e registada nos termos do Act n.º XLIII de 1850 ou qualquer sociedade estabelecida e constituída anteriormente a publicação desta portaria mas não registada ao abrigo do dito Act XLIII de 1850, poderá, em qualquer altura de ora em diante, ser registada como sociedade ao abrigo desta portaria; porém, nenhuma destas companhias ou sociedades poderá ser registada ao abrigo desta portaria a não ser que 3/5 dos seus sócios, presentes pessoalmente ou por declaração de voto, numa reunião da sua assembleia geral convocada expressamente para este fim pela direcção, dêem o seu assentimento para o mesmo registo.

No caso de uma companhia ou sociedade registada nos termos do Act XLIII de 1850, o seu director será considerado como representando a sua direcção. No caso de uma sociedade não registada nos termos indicados, e se tal (órgão) não tiver sido constituído no momento da fundação da sociedade, os seus sócios terão poderes para, mediante aviso adequado, criarem para a mesma socie-

ciety, the objects of the society, and the names, addresses, and occupations of the governing body together with a copy of the rules and regulations of the society certified as provided in section 2, and a copy of the report of the proceedings of the general meeting at which the registration was resolved on.

19. Any person may inspect all documents filed with the Registrar under this order on payment of a fee of rupee one for each inspection; and any person may require a copy or extract of any document or any part of any document to be certified by the Registrar, on payment of annas two for every hundred words of such copy or extract and such certified copy shall be *prima facie* evidence of the matters therein contained in all legal proceedings whatever.

20. The following societies may be registered under this order: Charitable societies, the military orphan funds or societies established at the several presidencies of India, societies established for the promotion of science, literature, or the fine arts, for instruction, the diffusion of useful knowledge, the diffusion of political education, the foundation or maintenance of libraries or reading rooms for general use among the members or open to the public, or public museums and galleries of paintings and other works of art, collections of natural history, mechanical and philosophical inventions, instruments or designs.

THE LIEUTENANT GOVERNOR

T. Sivasankar

Panjim, 29th August, 1962.

ORDER

CHAPTER I

Whereas it is necessary to establish rules for granting aid to the Primary Schools in the Union Territory of Goa, Daman and Diu. Now therefore in exercise of the powers conferred upon me by clause 2 of the Goa, Daman and Diu (Administration) Removal of Difficulties Order, 1962, and notwithstanding anything to the contrary contained in any law, for the time being in force within this Territory, I make the following order:

1. These rules shall be called the Interim Grant-in-aid Code for Primary Schools for Schools in Goa, Daman and Diu.

2. Definitions:

In this code, unless there is anything repugnant in the subject or context:

- «Aided Schools» is a school receiving grants-in-aid under this code.
- «Director» with all its cognate expressions, means the «Director dos Serviços de Instrução».
- «Educational Requirements» shall have its ordinary common meaning subject to the discretion of the Government of Goa, Daman and Diu.
- «Manager» means an individual who has the management of the whole, or substantially the whole of the affairs of the school and includes a proprietor occupying the position of a manager.

dade, uma direcção que possa agir em nome da sociedade a partir desse momento.

18. Para que uma sociedade, nas condições mencionadas no número precedente possa obter o registo ao abrigo desta portaria, será suficiente que a direcção apresente ao Registador de Sociedades Anónimas um memorandum em que se indique o nome da sociedade, os seus objectivos, os nomes, endereços e profissões dos membros da direcção, acompanhado dum exemplar dos estatutos e normas da sociedade, certificado nos termos prescritos no n.º 2 e um exemplar da acta da reunião da assembleia geral em que tiver sido deliberado fazer-se o registo.

19. Qualquer pessoa poderá examinar os documentos arquivados com o Registador ao abrigo desta portaria mediante pagamento da taxa de uma rupia por cada exame. Qualquer pessoa pode pedir uma cópia ou o extracto de qualquer documento ou de parte de qualquer documento, certificado pelo Registador, mediante pagamento de 2 tangas por cada cem palavras da dita cópia ou extracto.

Tal cópia certificada constituirá prova *prima facie* dos assuntos em quaisquer processos legais.

20. Ao abrigo desta portaria, poderão ser registadas as seguintes sociedades: instituições de caridade, fundações para os órfãos dos militares ou sociedades estabelecidas em várias cidades presidenciais da Índia, sociedades estabelecidas para a difusão da ciência, literatura ou belas-artes, para instrução, difusão de conhecimentos úteis, difusão da educação política, fundação e manutenção de bibliotecas ou gabinetes de leitura para uso geral dos sócios ou abertas ao público, ou museus públicos e galerias de pinturas e outras obras de arte, colecções de história natural, invenções mecânicas e filosóficas, instrumentos e modelos.

O GOVERNADOR-TENENTE,

T. Sivasankar.

Pangim, 29 de Agosto de 1962.

Portaria

CAPITULO I

Sendo necessário estabelecer normas para a concessão de subsídios às escolas primárias no território da União, de Goa, Damão e Diu, no uso das faculdades que me são conferidas pelo n.º 2 de «The Goa, Daman and Diu (Administration) Removal of Difficulties Order, 1962», e sem embargo do disposto em qualquer lei presentemente em vigor neste território, determino o seguinte:

1. Estas normas denominar-se-ão «Regulamento para subsídio provisório para escolas primárias» às escolas de Goa, Damão e Diu.

2. Definições:

Neste regulamento a não ser que haja algo de incompatível com o assunto ou com o texto:

- «escola subsidiada» é uma escola que receba subsídio ao abrigo deste Regulamento.
- «director» com suas expressões correspondentes, quer dizer director dos Serviços de Instrução.
- «requisitos educacionais» terão o seu sentido usual, segundo o critério do Governo de Goa, Damão e Diu.
- «dirigente», quer dizer um indivíduo que dirija todos ou substancialmente todos os assuntos da escola e inclua o proprietário ocupando a posição de dirigente.

- e) «Recognised school» is a school registered and recognised by the Government of Goa, Daman and Diu.
- f) «School premises» also shall include sports and other grounds which are used by the school for physical training, sports and for other similar purposes.
- g) «Un-aided-school» means a school recognised by the Government but which does not receive any grants-in-aid.

3. The Government of Goa, Daman and Diu will grant aid to all primary schools within this Union Territory in the manner and under the conditions herein after provided.

4. No grant-in-aid will be given to any school unless it is managed by a Society registered under the Societies Registration Order 1962.

5. Applications for the registration of Schools for grants-in-aid must be made to the Director, on or before the 30th September of each year. In disposing of such applications, the Director will consider; (i) whether the school supplies a want in the locality, (ii) whether the teaching staff is competent and adequate and (iii) whether the school is managed by a Society registered under the Societies Registration Order, 1962.

6. All grants will be subject to the funds sanctioned in the budget and if there are no sufficient funds, a proportionate reduction will be made in the amounts of grants to be paid to Aided Schools.

7. All applications for registration must be accompanied by a statement in the form of Schedule A. Each school must have a Secretary or a Correspondent with the Director whose name and address must be registered in the Office of the Director. Any change in the name and address of the Correspondent must be reported to the same office and in communicating with the Directorate, the correspondent should invariably address the Director. The Directorate is not responsible for any delay or misplacing of communications on account of correct address not being given.

8. All Aided Schools shall be open for inspection, including inspection of accounts by the Government authorities at all times and the Managers or Proprietors of an aided school shall punctually supply the authorities with such returns and information as may be from time to time required. Failure to do this or inordinate delay will entail a reduction of grant.

9. In assessing the grant for the first time and thereafter before payment of grant from time to time, the Director shall consider (due regard being paid to the special circumstances of each school and locality) whether —

- (i) The school premises are sufficiently healthy, well lighted and ventilated, contain sufficient accommodation, furniture and appliances for the instruction and recreation of the pupils attending them;
- (ii) The arrangements for registering the admission, attendance and age of the pupils, for management, and for keeping accounts of income and expenditure, are effective. Ordinarily the account books of all Aided Schools shall be open for inspection by the

e) «escola reconhecida» é escola registada e reconhecida pelo Governo de Goa, Damão e Diu.

f) «escola e suas dependências», incluirão também campo de jogos e outros campos utilizados pela escola para educação física, desporto e outras actividades similares.

g) «escola não-subsidiada» quer dizer escola reconhecida pelo Governo mas que não receba qualquer subsídio.

3. O Governo de Goa, Damão e Diu, concederá subsídios a todas as escolas primárias existentes neste território da União, por forma e nos termos e condições a seguir estabelecidos.

4. Nenhum subsídio será concedido a qualquer escola sem que a mesma seja dirigida por uma Sociedade registada ao abrigo da portaria do registo de Sociedades de 1962.

5. Os pedidos para registo das escolas para os fins de concessão de subsídios devem ser formulados perante o director até 30 de Setembro de cada ano. O Director, ao apreciar estes pedidos tomará em consideração: (i) se a escola preenche uma necessidade da localidade; (ii) se o corpo docente é competente e adequado; (iii) se a escola é dirigida por uma sociedade registada ao abrigo da portaria do registo de sociedades de 1962.

6. Os subsídios ficarão condicionados às dotações orçamentais. Se as dotações não forem suficientes far-se-á redução proporcional nos quantitativos dos subsídios a serem concedidos às escolas subsidiadas.

7. Todos os pedidos para registo deverão ser acompanhados duma declaração no impresso/mo- delo A anexo. Cada escola deverá ter um secretário ou um correspondente com o director cujo nome e endereço deverão ser registados na repartição do director. Qualquer mudança de nome ou do endereço do correspondente deverá ser comunicada à mesma repartição. Nas comunicações com a direcção o correspondente deverá invariavelmente dirigir-se ao director. A direcção não será responsável por qualquer demora ou desvio da correspondência pelo facto de a mesma não ter sido devidamente endereçada.

8. Todas as escolas subsidiadas ficam sujeitas à inspecção inclusive ao exame das contas por parte das autoridades do Governo em qualquer altura. Os dirigentes ou proprietários de qualquer escola subsidiada fornecerão pontualmente às autoridades os relatórios e informações que de tempos em tempos se tornem necessários. O não cumprimento ou demora injustificada terá por consequência a redução do subsídio.

9. Na fixação do subsídio pela primeira vez e em seguida antes do pagamento do subsídio periodicamente, o director considerará (tendo em vista as circunstâncias especiais de cada escola e localidade):

- (i) Se a escola e suas dependências são suficientemente higiénicas, bem iluminadas e ventiladas e se contêm acomodação adequada, mobiliário e material didáctico e recreativo para os alunos que a frequentem.
- (ii) Se são eficientes os arranjos para o registo de admissão, frequência, e idade dos alunos para a administração e manutenção das contas da receita e despesa. Em regra os livros de contas de todas as escolas subsidiadas estarão sujeitos à inspecção da direcção nas dependências da escola. Mas

Directorate at the premises of the school, but on a requisition from the Director, the Proprietor or Proprietors of an aided school shall be bound to produce them for inspection at the office of the Director. Every school must keep a printed Register in the form prescribed in Schedule-B and must record the attendance in a printed roll of the form prescribed in Schedule BB. Every Manager or Proprietor of an Aided School must declare in writing to the Director that he has spent the whole of the grant only on Educational requirements of his school.

- (iii) The teaching staff is adequate and competent.
- (iv) The education given is sufficient in range and quality.
- (v) The discipline and behaviour of pupils, specially their conduct and regularity of attendance are satisfactory;
- (vi) The school records are properly maintained and all Statistical Returns and formal certificates given by the Head Masters are trustworthy.

10. All schools, Aided or Un-Aided, recognised by the Government shall be required to adhere to the following rules for regulating the admission of pupils: —

- (i) In the case of admissions of pupils, who have never attended any recognised schools, the guardians shall supply information required to be filled in Schedule B, shall declare in writing that the child never attended any school, and shall sign the «Certificate of Birth-date».
- (ii) No pupil who may have attended any recognised school before, shall be admitted to any recognised school without a Leaving Certificate (in the form prescribed in Schedule C) from the last school attended by him, and all such certificates must be filed on the school records.
- (iii) Every application for admission or for a Leaving Certificate should be made by the parent or guardian either in person or by letter. Applications for Leaving Certificates must be complied with without unnecessary delay. No fees shall, in any circumstances, be charged for such Leaving Certificate. The only ground on which a certificate may be refused is nonpayment of fees due. (For fees and funds admissible please see clause 19). No recognised school shall claim from a student desiring to leave the school fees other than those for the current month together with the arrears of fees, if any.
- (iv) If an applicant states that a Leaving Certificate from the last school attended has been refused to him the Head Master of the new school shall intimate to the authorities of the former school that the boy seeks admission and if within a week he receives no satisfactory explanation of the omission to give a Leaving Certificate, he shall be entitled to admit the pupil, but must report the circumstances immediately to the Director, who shall enquire into the case.

a pedido do director, o proprietário ou proprietários de uma escola subsidiada serão obrigados a apresentá-los a exame na repartição do director. Cada escola deverá manter um registo no impresso segundo o modelo B anexo e deverá registar a frequência no livro de chamadas impresso segundo o modelo BB anexo. Cada dirigente ou proprietário duma escola subsidiada deverá declarar por escrito ao director que despendeu a totalidade do subsídio unicamente com exigências docentes da sua escola.

- (iii) Se o corpo docente é adequado e competente.
- (iv) Se a educação ministrada é suficiente em extensão e qualidade.
- (v) Se é satisfatória a disciplina e comportamento dos alunos, especialmente a sua conduta e regularidade na frequência.
- (vi) Se é adequadamente mantido o arquivo da escola e se são dignos de confiança os elementos estatísticos e os certificados formais passados pelos directores da escola.

10. Todas as escolas subsidiadas ou não, reconhecidas pelo Governo, deverão seguir as seguintes normas para regular a admissão dos alunos:

- (i) No caso da admissão dos alunos que nunca frequentaram qualquer escola reconhecida os encarregados da educação deverão fornecer informação em impresso modelo B anexo, declarando por escrito que a criança nunca frequentou qualquer escola e assinará o certificado de idade.
- (ii) Nenhum aluno que tenha frequentado antes qualquer escola reconhecida poderá ser admitido em qualquer escola reconhecida sem o certificado de saída (no impresso mod/C anexo) passado pela escola ultimamente frequentada por ele. Tais certificados deverão ser arquivados nos registos da escola.
- (iii) Cada pedido para admissão ou para o certificado de saída deverá ser formulado pelo pai ou mãe ou encarregado da educação quer pessoalmente quer mediante carta. Os pedidos para certificados de saída deverão ser satisfeitos sem demora desnecessária. Não será cobrada nenhuma taxa para a passagem dos referidos certificados quaisquer que sejam as circunstâncias. O único motivo para a recusa da passagem do certificado é o não pagamento das propinas devidas. As propinas e quotas admissíveis estão indicadas no n.º 19.

Nenhuma escola reconhecida exigirá de um estudante que deseja deixar a escola, propinas, senão referentes ao mês em curso, juntamente com as atrasadas no caso de as haver.

- (iv) No caso de qualquer requerente declarar que a escola que ultimamente frequentou lhe recusou a passar o certificado de saída, o director da escola que tiver passado a frequentar informará os dirigentes da primeira escola acerca do pedido de admissão do requerente e se dentro do período de uma semana não receber uma explicação satisfatória quanto a não passagem do certificado de saída, ele estará no direito de admitir o estudante, devendo neste caso

- (v) The date of birth of the pupil according to Christian era shall be entered in the General Register from the date given in the Leaving Certificate. In the case of the school first attended, the application for admission must be accompanied by a certificate of date of birth signed by the parent or guardian. The date of birth in this certificate should be entered in the school register, and the parent or guardian should be informed that any subsequent alteration of the date will be permitted only in exceptional cases with the express sanction in writing of the Director.

- (vi) No pupil shall be placed in a standard higher than that for which his Leaving certificate shows him to be qualified except with special sanction of the Director.

11. For the purpose of calculating attendance, a day of attendance shall ordinarily mean four hours' regular instruction or any lesser period of time as may be fixed by the Director from time to time; provided that once a week, instruction for two hours a day will be accepted as a day of attendance.

12. (i) No recognised school shall use syllabuses, books, maps etc., not approved by the Government.

- (ii) If any school recognised for certain standards opens one or more other standards, recognition for them is not to be assumed as a matter of course; application for this further recognition should be made to the Director. If an Aided School has any standards for which it is not recognised, it must maintain separate accounts for the recognised and unrecognised parts of the school. No grants-in-aid will be paid on account of any standards which are not recognised.

13. The managers or proprietors of every recognised school are required to enforce the principles of discipline, regularity and obedience. Politeness and courtesy of speech should be inculcated as well as cleanliness of dress and person.

14. Aided Schools will be inspected every year. The Inspecting Officers will satisfy themselves that condition of that school is satisfactory in respect of each of the points enumerated in Rule no. 9.

15. No Aided School shall make any distinction based on caste or creed in the matter of admission of students or of treatment given to them.

16. No Aided School shall charge tuition fees to students in primary classes.

17. For purposes of the subject of language, division in classes will be permitted if the number of students in a class is 20. This number may be reduced under special circumstances with the approval of the Director. However, till the approval of the Director for classes with smaller numbers is obtained, no school becomes entitled for grant for the extra divisions or classes.

18. An Aided School may have extra classes for teaching additional subjects and charge tuition fees for these additional subjects with the approval of the Director.

dar conhecimento do facto, imediatamente, ao director que procederá as necessárias averiguações.

- (v) A data de nascimento de um estudante de acordo com a era cristã e que conste do certificado de saída será lançada no livro de matrícula geral. No caso em que se trate de primeira frequência da escola o pedido de admissão deve ser acompanhado por um certificado do registo de nascimento, assinado pelo respectivo pai ou mãe ou encarregado da educação. A data de nascimento constante deste certificado deverá ser lançada no livro de registo da escola e os pais ou encarregado da educação deverão ser informados de que qualquer alteração posterior da data será autorizada somente em casos excepcionais, mediante autorização expressa e por escrito do director.

- (vi) Nenhum aluno poderá ser admitido numa classe superior àquela que conste do seu certificado de saída, senão mediante autorização especial do director.

11. Para os fins de cálculo de frequência, por cada dia de frequência entender-se-á, ordinariamente, leccionamento por 4 horas ou por período menor de tempo conforme for determinado pelo director periodicamente; porém, uma vez por semana o leccionamento por 2 horas num dia será considerado como um dia de frequência.

12. (i) Nenhuma escola reconhecida pelo Governo poderá adoptar programas, livros, mapas, etc., não aprovados pelo Governo.

- (ii) Se qualquer escola reconhecida para o ensino de determinadas classes quiser leccionar uma outra ou mais classes, não poderá considerar-se autorizada automaticamente, para tal fim; deverá, porém, requerer ao director o reconhecimento das novas classes. No caso de alguma escola subsidiada ter classes não reconhecidas deverá ter contas separadas em relação a parte reconhecida e não reconhecida da escola. Nenhum subsídio será concedido por conta das classes que não estejam reconhecidas.

13. Cabe aos dirigentes ou aos proprietários de todas as escolas reconhecidas promover os princípios da disciplina, regularidade e obediência. Inculcarão, também, boas maneiras seja no portar como no falar, como também no que diz respeito à limpeza individual e do vestuário.

14. As escolas subsidiadas serão inspeccionadas uma vez ao ano. Os inspectores verificarão se as condições das mesmas satisfazem a cada um dos requisitos mencionados no n.º 9.

15. Nenhuma escola subsidiada estabelecerá qualquer restrição baseada na casta ou religião no que diz respeito à admissão dos alunos ou no tratamento que lhes for dado.

16. Nenhuma escola subsidiada cobrará qualquer propina dos estudantes nas classes do ensino primário.

17. No respeitante ao ensino da língua quando o número de alunos numa classe for de 20 permitir-se-á o seu desdobramento. O número indicado pode ser reduzido em casos especiais com a aprovação do director. Todavia até que seja obtida a aprovação do director para classes com menor número de alu-

19. An Aided School shall be permitted to charge following fees and funds:

1) Admission fee	0.25 nP.
2) Games and Audio-Visual fund	0.05 nP. per month
3) Medical fee	0.05 nP. per month
4) Poor fund	0.05 nP. per month
5) Examination & Ink fee	0.02 nP. per month
6) Handwork and Crafts	0.25 nP. per month

All the fees and funds collected above shall be expended for the purposes for which they are collected.

CHAPTER II

Calculation of Grants-in-Aid

1. The grants-in-aid will be equal to the loss of tuition fees incurred by the school on account of education being made free in primary classes.

2. Provisions in the clause above will be subject to the proviso under clause 6, clause 12 (ii) and clause 17 of the General Rules.

3. For the purposes of calculating grants, the loss in fees will be calculated on the following basis:

Classes I, II and III—Re. 1/- per student per month.

Classes IV and V—Rs. 1-50 n. p. per student per month.

4. The entries in the attendance register will be taken into account for purposes of calculating the per capita grant. If a student leave the school prior to 15th of the month, the per capita grant will be reduced by half. If however, he leaves the school after 15th, there will be no reduction in grant for that month, on his account.

5. However, should such student join another school after the 15th of the month the new school would get no grant for that particular month on account of the student.

6. By the 3rd of every month, every school will send returns to the Directorate as in Schedule D. Should any school deliberately misinform the Directorate about the number, the grant will be stopped immediately.

7. The grant to the school will be made on monthly basis and generally by 10th of every month.

8. An Aided school shall pay the salaries of the teachers by 12th of every month, and shall generally maintain a pupil teacher ratio of 40 to 1.

9. Any tuition fee which the school may have collected from students from June, 1962 onwards and prior to operation of the rules shall be returned and a certificate to this effect shall be sent to the Directorate, giving details of students and amounts returned, within one month of the receipt of grants-in-aid. Failure to do so, will entail stopping of the grant.

THE LIEUTENANT GOVERNOR

T. Sivasankar

Panjim, 29th August, 1962.

nos, nenhuma escola terá direito ao subsídio em relação às turmas ou classes supranumerárias.

18. Uma escola subsidiada com a autorização do director poderá ter classes supranumerárias para o ensino de disciplinas suplementares e cobrar propinas pelo leccionamento das mesmas.

19. Uma escola subsidiada será autorizada a cobrar as seguintes propinas e taxas:

1) Taxa de admissão	0.25 nP.
2) Jogos e Fundo Audio-Visual	0.05 nP. por mês
3) Assistência médica	0.05 nP. por mês
4) Assistência aos pobres	0.05 nP. por mês
5) Exames e tinta	0.02 nP. por mês
6) Trabalhos manuais e labores	0.25 nP. por mês

Todas as propinas e taxas cobradas conforme a discriminação indicada serão destinadas para os fins para que tiverem sido coligidas.

CAPÍTULO II

1. O subsídio será igual à perda sofrida pela escola nas propinas pelo facto do leccionamento gratuito das classes de ensino primário.

2. O disposto no número anterior estará sujeito ao preceituado nos n.ºs 6, 12(ii) e 17 do Regulamento Geral.

3. Para os fins de cálculo de subsídio a perda de propinas será considerada na seguinte base:

Classes I, II e III, Rps. 1/- por cada estudante, por mês.

Classes IV e V, Rps. 1-50 n. p., por cada estudante, por mês.

4. Os lançamentos no livro de frequência serão tomados em consideração para os fins do cálculo do subsídio per capita. Se qualquer estudante deixar a escola antes de 15 do mês, o subsídio per capita ficará reduzido a metade. Porém, se deixar a escola depois de 15 do mês não haverá redução no subsídio daquele mês em relação a esse aluno.

5. Todavia, se o mesmo aluno for admitido numa outra escola depois de 15 do mês, a esta última não será concedido nenhum subsídio em relação àquele mês por conta desse aluno.

6. Até 3 de cada mês todas as escolas deverão remeter relatórios ao director no impresso segundo modelo D anexo. Caso qualquer escola preste deliberadamente, informação errada à Direcção em relação ao número de alunos o subsídio será cessado imediatamente.

7. O subsídio à escola será concedido por cada mês e geralmente até o dia 10 do mesmo.

8. Uma escola subsidiada deverá pagar os vencimentos dos professores até 12 de cada mês e deverá manter geralmente corpo docente na proporção de 1 professor para cada aluno.

9. As propinas que a escola porventura tenha cobrado dos estudantes desde Junho de 1962 e posteriormente até a entrada em vigor das presentes normas, deverão ser restituídas, enviando-se à Direcção dentro de um mês a contar da recepção do subsídio um certificado comprovativo dessa devolução, contendo pormenores em relação aos estudantes e importâncias devolvidas. O não cumprimento do disposto neste número terá como consequência a cessação da concessão do subsídio.

O GOVERNADOR-TENENTE,

T. Sivasankar.

Pangim, 29 de Agosto de 1962.

SCHEDULE BB
Form of Attendance Register (see Chapter I, Rule 9)
... School or Institution

Attendance Roll of class ... Standard ... for the Month of ... 196
Master/Mr. ...

No.	Name of pupil	Dates																															
		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	
1.																																	
2.																																	
3.																																	
4.																																	
5.																																	
6.																																	
7.																																	
8.																																	
9.																																	
10.																																	
11.																																	
12.																																	

N. B. — Boys present to be marked P: Boys absent without leave A: Boys absent from sickness S: Boys absent with leave L: I hereby certify that this Attendance Roll has been made up daily by the master in charge of the Class; that every pupil has received not less than a full day's instruction as prescribed by the Rules, on each day on which he has been marked present; and that the average attendance of the class for the month is:—
§ To find the average attendance of the Class for the month.— Add together the daily totals of boys marked present and divide the sum by the number of times the school has met during the month; the quotient is the average number of attendance.
N. B. — No erasures of any kind are permissible in this return. Correction should be made in red ink and should be initialled.

MODELO BB
Impresso para registo de frequência (Vide capítulo I n.º 9)
Escola ou Instituição ...

Registo de frequência da classe ... grau ... durante o mês de ... 196...

Sr.		Datas																														
N.º	Nome do aluno	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31
1.																																
2.																																
3.																																
4.																																
5.																																
6.																																
7.																																
8.																																
9.																																
10.																																
11.																																
12.																																

Certificado pelo director ou dirigente da Escola
P: Presenças a ser anotadas com a letra Ausentes sem autorização a ser anotados com a letra A: Ausentes por doença a ser anotados com a letra S: Ausentes mediante autorização a ser anotados com a letra L: Presente e que a média de frequência (§) de classe durante o mês é:—
§ Modo de achar a média de frequência de classe durante o mês:— Adicionam-se os números totais de alunos anotados como presentes e divide-se a soma pelo número de dias lectivos durante o mês; o cociente obtido representará a média de frequência.
N. B.— Não serão permitidas nenhuma rasuras neste mapa. Quaisquer rectificações deverão ser feitas à tinta encarnada e rubricadas.

SCHEDULE C

Form of Leaving Certificate (see Chapter I, Rule 10)

LEAVING CERTIFICATE

(Prescribed by Rule 10, Chapter I of the (Grant in-Aid Code)

Name of School: —

Register no. of the Pupil: —

1. Name of pupil in full.

2. Race and Caste (with sub-caste).

3. (a) Religion.
(b) Does the pupil belong to the Scheduled Caste or Scheduled Tribe or a Community classified as Backward class by the Government.
(c) If the answer is «yes», give particulars.

4. Place of Birth.

5. Date of Birth, month and year, according to Christian era. (In words and figures).

6. Last School attended.

7. Date of admission.

8. Progress.

9. Conduct.

10. Date of Leaving School.

11. Standard in which studying and since when. (In words and figures).

12. Reasons of leaving school.

13. Remarks.
- Yes/No

Certified that the above information is in accordance with the School Register.

Date ... 196...

Class Master

Head Master,

SCHEDULE D

Form of calculating amount of grants (see Chapter II, Rule 6)

Name of School: —

Month: —

Year: —

Place: —

1. Name of Class.	2. No. of Students on roll.	3. No. of students who left before 15th.	4. No. of students who left after 15th.	5. Reduction of grant on account of students who left, if any.	6. Rate of per capita grant.	7. Total amount.
Class I						
Class II						
Class III						
Class IV						
Class V						

MODELO C

Impresso para certificado de saída (Vide capítulo I n.º 10)

CERTIFICADO DE SAIDA

(Prescrito pelo n.º 10, capítulo I do Regulamento de Subsídios)

Nome da escola: —

N.º de registo do aluno: —

1. Nome do aluno por extenso.

2. Raça e casta (Com subcasta).

3. (a) Religião.
(b) Se o aluno pertence a «Scheduled caste» ou «Scheduled Tribe» ou a uma comunidade classificada como atrasada pelo Governo.
(c) No caso de resposta afirmativa, fornecer pormenores.

4. Local de nascimento.

5. Data de nascimento, mês e ano de conformidade com a era Cristã (em palavras e algarismos).

6. Última escola frequentada.

7. Data de admissão.

8. Aproveitamento.

9. Comportamento.

10. Data de saída da escola.

11. Classe que frequentava e desde quando (em palavras e algarismos).

12. Motivos de saída da escola.

13. Observações.
- Sim/Não

Certifico que os esclarecimentos acima prestados estão de conformidade com o registo da escola.

Data ... 196...

Professor da classe

Director,

MODELO D

Impresso para cálculo do quantitativo do subsídio (Vide capítulo II n.º 6)

Nome da escola: —

Mês: —

Ano: —

Localidade: —

1. Classes.	2. Número de alunos no livro de frequência.	3. Número de alunos que deixaram a escola antes de 15.	4. Número de alunos que deixaram a escola depois de 15.	5. Redução no subsídio por motivo de saída de alunos, caso esta se verifique.	6. Quantitativo do subsídio per capita.	7. Importância total.
1.ª Classe						
2.ª Classe						
3.ª Classe						
4.ª Classe						
5.ª Classe						